

IDENTIDADE FEMININA: ENGENDRANDO ESPAÇOS E PAPÉIS DE MULHER

Thálita Cavalcanti Menezes da Silva¹
Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas²

RESUMO

Neste texto, discutimos a produção da identidade feminina. Iniciamos com os movimentos de fixação da identidade a partir de discursos essencialistas, que buscam atribuir lugares fixos e estáveis, baseando-se na Biologia e Ontologia. Nestes, os espaços e papéis endereçados a mulheres e homens geralmente são delineados em torno do desempenho de tarefas e funções. Através de um breve percurso teórico, visitamos o processo histórico da construção das identidades de gênero com o intuito de desconstruir os binarismos culturais e problematizar a noção de identidade. Por fim, propomos que a produção de todas as identidades culturais, incluindo a de gênero, ocorre no campo do circuito da cultura, no cruzamento entre fronteiras, produzindo identidades híbridas e irregulares.

Palavras-chave: Identidade de gênero, identidade feminina, entre - espaços.

FEMINE IDENTITY: BUILDING WOMAN'S SPACES AND ROLLS

ABSTRACT

In this text we'll discuss the production of feminine identity. Starting with identities fixation movements that comes from essentialist speeches, which attributes fixed and stabled places based on biology and ontology. In these speeches, both spaces and rolls addressed to women and men are, generally, drowned by the execution of tasks and functions. Through a brief theoretical path, we visited the historical process of gender identities construction, meaning to deconstruct the cultural binaries and create possible discussions for the notion of identity. At last, we proposed that the production of all cultural identities, including gender identity, occurs in the field of culture, in the spaces between the boundaries building up hybrid and irregular identities.

Key words: Gender identity, feminine identity, spaces-in-between.

¹ Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e integrante do Laboratório de Família e Interação Social.

² Professora da Universidade Católica de Pernambuco, Doutora em Psicologia, área: Família e Saúde pela Universidade de Deusto, Bilbao, Espanha.

Introdução

O conceito de identidade é, inquestionavelmente, um dos mais explorados e estudados na atualidade. O alcance de seus questionamentos, problematizações e asseverações abarcam posições (ou posicionamentos) das mais abrangentes. Muitas vezes contraditórios e excludentes, tais movimentos correspondem à própria produção da identidade.

Para aqueles que se apóiam em perspectivas essencialistas, a identidade é vista como algo que permanece ao longo do tempo sendo, pois, imutável (Braidotti, 2002). Nesta perspectiva, ter uma identidade significa portar um conjunto cristalino e autêntico de características que são partilhadas por todos os membros de um determinado grupo, as quais não se alteram ao longo do tempo.

Há pelo menos dois argumentos usados para fundamentar essa perspectiva: um que recorre à Biologia (natureza), para fundamentar a identidade como essência, e outro que coloca suas bases na história. Segundo o primeiro, a identidade se organizaria em torno de características étnicas, de raça e nas relações de parentesco (Woodward, 2000). Para o segundo grupo, as identidades são assim consideradas por parecerem “invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência” (Hall, 2000b, p.109).

O problema dessa abordagem é que ao naturalizar e essencializar as identidades, quer seja pela natureza ou pela cultura, “deixa de questionar as relações de poder e os processos de diferenciação que, antes de tudo, produzem a identidade e a diferença” (Silva, 2000, p.8).

Estas perspectivas essencialistas das identidades são herdeiras do pensamento liberal, influenciado pelos ideais iluministas que forjaram a noção de sujeito social como universal, livre, autônomo e racional. Conceber a existência desse sujeito significa dizer que ele é homogêneo e dotado de unicidade. É esse discurso iluminista, adotando noções de sujeito e identidade essencialistas, fundacionalistas e universais que levam ao apagamento daquilo que é específico nos diferentes sujeitos (gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, etc.) que ocupam outras fronteiras políticas distintas das que são destinadas ao homem branco, heterossexual e de posses (Mariano, 2005).

Por outro lado, para as perspectivas não-essencialistas, as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, vistas como estando constantemente em processo de mudança e transformação. Nesse sentido, a identidade seria um conceito que opera sob rasura, ou seja, não assinala um núcleo estável do eu que permanece idêntico a si mesmo, passando pelas vicissitudes da história sem qualquer mudança (Hall, 2000b). Logo, a noção de identidade aqui desenvolvida é estratégica e posicional, na medida em que não compreende o sujeito como unidade-identidade, mas sim dentro do contexto no qual ele é promovido e articulado: “a produção maquínica de uma máquina produtiva; produzindo, um produto” (Silva, 2000, p.83). Nessa perspectiva o sujeito se constrói em um contexto de “significados e representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (Mariano, 2005, p. 486).

Ora, o contexto ao qual nos referimos diz respeito aos hibridismos culturais globais, da contemporaneidade, em que o “indivíduo e sua autonomia valem mais do que a comunidade que o abriga” (Poian, 2001, p.12). Em decorrência dos fluxos culturais e da autonomia do sujeito, diferentes possibilidades de identidades são criadas e partilhadas, vindo a exigir volatilidade, capacidade de adaptação às mudanças, trocas e descartabilidade (Hall, 2000a). Produzidos pelo confronto de uma gama de diferentes identidades – como que consumidores para bens, clientes para serviços e

públicos para mensagens e imagens –, o sujeito contemporâneo depara-se realizando escolhas diante dos diversos apelos feitos a diferentes partes de si, em contingências históricas pessoais e sociais específicas.

Neste artigo, tomaremos o conceito de identidade numa perspectiva não essencialista, seguindo a crítica de Foucault à noção de sujeito estrutural e universal. A partir desta crítica, o sujeito é contextualizado em sua história e o conceito de formas ou modos de subjetivação proposto pelo autor “nos permite pensar não apenas em rupturas e continuidades com uma época anterior, como também uma forma sempre provisória de estar no mundo, rompendo assim com a noção metafísica de identidade fixa”. (Arán, 2006, p.13).

A Fixação e a Subversão na Produção de Identidades Híbridas e Irregulares: Relações de Gênero

A produção da identidade, compreendida enquanto processo, tende a se apresentar em dois momentos distintos, porém complementares e interdependentes. Processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade, e processos que tendem a desestabilizar e subverter (Silva, 2000). Dentre os processos de fixação, podemos mencionar o recurso à Biologia e os essencialismos culturais, os quais se sustentam, dentre outros fundamentos, na utilização da noção de sujeito arquitetada pela Filosofia Clássica e pela cosmovisão judaico-cristã.

À procura de um momento crucial do passado, em que algum gesto ou acontecimento inaugurou as bases de uma suposta identidade, os essencialismos culturais religiosos, por exemplo, promoveram a fixação e estabilização da identidade feminina, ao afirmar que a mulher foi criada para completar o homem. De igual forma, outros discursos sociais fizeram uso das garantias de uma (suposta) natureza ou essência feminina, direcionando às mulheres papéis de subordinação e aos homens de dominação (Silva, 2000).

Quanto à questão do essencialismo cultural, se faz necessário manter em mente que todos os discursos sociais – científicos, religiosos e outros – nada mais são que matrizes de significação (interpretação) sobre uma matéria, sem as quais não haveria qualquer significado.

Preliminarmente, poderíamos pensar nas várias posições ideológicas que foram sendo naturalizadas através do discurso religioso e moderno, e suas respectivas buscas pela fixação da identidade. A busca da narrativa religiosa, nos textos bíblicos, por uma figura exemplar para a conduta e modo de ser dos gêneros traduz a tentativa de dar continuidade ao ideal criacional estabelecido por Deus na fundação do mundo. Respalhada na interpretação patriarcal da ordem de multiplicar-se, por muito tempo esse ideal foi traduzido, necessária e invariavelmente, como vocação da mulher à maternidade. E, de igual modo, a ordem de subjugar a terra foi compreendida como sendo direcionada exclusivamente ao homem, o que lhe daria as prerrogativas necessárias para dominar todos os seres, inclusive a mulher (Amazonas & Silva, 2008).

Não obstante, tanto os essencialismos culturais religiosos, quanto outros discursos que se apoiavam nos recursos biológicos contribuíram para a disseminação no senso comum de uma representação de mulher designada por conjuntos de características e atributos de ordem biológica, afetiva e ontológica compartilhadas com exclusividade por pessoas do sexo feminino. Deste modo, ao contribuir para a construção da categoria ‘mulheres’, supostamente globalizante, estabelecem uma norma que exclui e ignora

outras dimensões destes sujeitos que implicam em privilégios, tais como as dimensões de classe e de raça. Esta normatização das identidades e sua conseqüente opressão determinam padrões de comportamento e de conduta que rejeitam as diferenças entre os sujeitos sociais (Mariano, 2005).

Assim, no processo histórico de construção da identidade, homens e mulheres organizaram-se em dois pólos separados, em que o recurso à Biologia concerniria majoritariamente à mulher. Sua suposta natureza a lançaria, de maneira incondicional, à sua fisiologia e essa, por conseqüência, à maternidade, estando a identidade feminina centrada em volta de sua capacidade ou dom de gerar filhos (Badinter, 2005).

No entanto, é importante lembrar que a construção dessas representações de mulher – esposa – mãe – dona de casa e anjo do lar – apesar de fortemente presentes nos séculos XIX e XX, não podem ser consideradas universalmente válidas, pois variavam de acordo com a camada social a que pertenciam às mulheres (Silva, Amazonas & Vieira, 2010). Trazendo para a realidade brasileira, Gomes (2008) afirma que a mulher, em nosso país, “comportava-se de acordo com a sua classe social”(p.20). Isto diz respeito a diversas facetas de seu comportamento desde o exercício da maternidade até às questões laborais. Segundo a mesma autora, as mulheres pobres se dedicavam ao trabalho físico e árduo, embora gozassem de maior liberdade pessoal.

Apesar destas diversidades, a diferença biológica foi, durante muito tempo, utilizada como justificativa da dominação masculina e como meio para definir a mulher de uma maneira generalizante e excludente, destinando-a ao ambiente privado – local considerado adequado para a realização plena de sua essência feminina e cumprimento de suas habilidades naturais.

A maternidade, assim, quase sempre foi seu destino, dando a entender que aquela que a recusa é anormal ou doente; no mínimo, uma espectadora marginal do discurso social que atribui à mulher o papel (quase dever) de procriar (Badinter, 2005). Igualmente, ao deduzir o feminino da capacidade materna, esta se torna uma necessidade e não uma opção da qual não se pode fugir, mas apenas adiar. Ao homem, por sua vez, é dada a escolha da paternidade por ser considerado capaz de transgredir e superar sua natureza. De acordo com Badinter,

Ao fazer da diferença biológica o critério supremo da classificação dos seres humanos, fica-se condenado a pensá-los em oposição um ao outro. Dois sexos, logo duas maneiras de ver o mundo, dois tipos de pensamento e de psicologia, dois universos diferentes que permanecem lado a lado, sem jamais se misturar. O feminino é um mundo em si, o masculino é outro, e eles dificultam a travessia das fronteiras e parecem ignorar as diferenças sociais (Badinter, 2005 p. 157).

Dessa maneira, mulheres de diferentes países, etnias e classes representariam uma única categoria: a feminina. As brasileiras seriam consideradas tais quais as chinesas, americanas e angolanas, por exemplo, pelo simples fato de serem mulheres, prevalecendo a idéia de uma natureza feminina universal, comum e partilhada. Como conseqüência, um grande abismo existencial surge no meio das relações de gênero. As fronteiras entre ser-mulher e ser-homem tornam-se cada vez mais claras e intransponíveis, indicando a impossibilidade de permuta dos papéis entre aqueles e aquelas pertencentes a cada um dos pólos, posto ser sustentada pela idéia de naturezas ou essências opostas.

Isso porque, comumente, ao se falar sobre identidade masculina e feminina, vem à mente a diferença dos papéis atribuídos a cada um deles. Torna-se comum pensar na identidade feminina, por exemplo, imaginando quais papéis sociais lhes são empregados

– ou seja, o que se espera de uma mulher e, da mesma forma, em relação à identidade masculina. Ambas as identidades de gênero são, geralmente, delineadas em torno do desempenho de tarefas e funções, em oposição: o que se espera de um, não se espera do outro. E, assim, em relação às identidades, principalmente nas sociedades modernas, uma categoria mental dicotômica se impõe, sendo responsável pelo sentimento de complementaridade e pela ordem que sustenta a distribuição dos papéis sociais.

Segundo Lipovetsky (2000, p. 232):

Um princípio universal organiza, desde os tempos mais remotos, as coletividades humanas: a divisão social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher. Se o conteúdo dessa distribuição de funções varia de uma sociedade a outra, o princípio da divisão segundo o sexo é invariável: as posições e as atividades de um sexo sempre se distinguem das do outro. Princípio de diferenciação que é acompanhado de um outro princípio, igualmente universal: a dominação social do masculino sobre o feminino.

O mesmo autor vai considerar que desde as eras mais remotas e em todas as partes, as atividades que são mais valorizadas são as exercidas pelos homens. Do mesmo modo, mitos e discursos evocam a natureza inferior das mulheres (Lipovetsky, 2000).

Porém, é preciso considerar que a fabricação de homens e mulheres requer um investimento continuado. Dá-se ao longo de toda a vida, desde o nascimento e do momento da nomeação como menino ou menina, macho ou fêmea. Não há nada de puramente natural, ocorre no âmbito da cultura (Louro, 2008). É através da recomendação repetida de comportamentos e condutas, de atos performativos, que os gêneros se constituem. Ser homem ou ser mulher é uma performance cultural, “constituída mediante atos performativos compelidos que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas (Butler, 2003, p.9).

Por trás desta representação universal das identidades de gênero residem hierarquias de poder e moral. A permanência dos dois sexos em lados opostos ocorre de maneira assimétrica e desigual, apontando para oposições binárias perigosas, pois no dizer de Woodward, tais oposições “apagam a complexidade do real em benefício de esquemas simplistas e restritivos” (2000, p.53).

As relações complementares entre homens e mulheres, como relações sociais de gênero, basear-se-iam, então, em cosmogonias que acabam por fundamentar uma hegemonia, dando a idéia de uma identidade masculina superior. Entretanto, por ser a identidade de gênero construída por meio de uma relação com a sua diferença, esta é continuamente desestabilizada por aquilo que é deixado de fora (Woodward, 2000). Crucial no processo de construção das posições de identidade, a marcação da diferença traduz a dependência da posição de dominação masculina em relação à posição de submissão feminina (e vice-versa).

Procurando subverter a estabilidade das categorias biológicas e dos essencialismos culturais que sustentam as oposições binárias, os movimentos sociais, através das políticas de identidades, combatem as duas versões do essencialismo identitário (biológico e cultural). Sugerindo discussões sobre a construção da diferença, tais movimentos se opõem à idéia de identidade como algo natural e promovem a complicação, desestabilização e subversão dela. Os processos que complicam e subvertem a identidade buscam enfatizar – em contraste com os que tentam fixá-las – aquilo que trabalha para se contrapor à tendência a essencializá-las. Todavia, esses não são simples processos teóricos, mas sim parte integral da dinâmica da produção da identidade e da diferença (Silva, 2000) e, como tal, sujeitos aos mesmos processos de fixação e subversão.

Neste sentido, o feminismo, enquanto crítica teórica e movimento social, foi um dos principais responsáveis pelo descentramento do sujeito enquanto núcleo unificador e pelos primeiros movimentos contra a misoginia e meios de vida sexistas (Badinter, 2005). Ao questionar a noção clássica de sujeito, o feminismo problematizava conjuntamente a idéia de público e privado, trazendo para o debate político a família, a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho e o cuidado com as crianças (Hall, 2000a). Dessa busca pela distribuição equitativa dos espaços, e pelo descentramento das relações de poder, nasce o discurso da igualdade entre homens e mulheres. Não obstante, “as divergências feministas quanto ao conceito de igualdade, e aos meios de chegar a ela, trazem à luz pontos de vista bem diferentes sobre a relação entre os sexos” (Badinter, 2005, p.145).

Elisabeth Badinter (2005), ao tratar sobre os rumos tomados pelo movimento político feminista, alega que, em alguns momentos, ao problematizar as posições de submissão feminina, esses acabaram por endereçar posições de vítima solidificando, ao invés de desestabilizando, as categorias dicotômicas e os binarismos. Isso porque – tendo em vista que as identidades são relacionais – ao falar da hegemonia de uma identidade universal masculina dominadora, afirma-se em contrapartida a identidade feminina vitimizada, incapaz e dependente.

A exemplo disso, com vistas a fortalecer as reivindicações femininas de igualdade, conferiu-se ao patriarcado um *status* universal e exclusivo da estrutura de dominação, combatendo-se a hierarquia de poder (masculino/dominador x feminino/dominado) com uma hierarquia moral (masculino/mau x feminino/bom). Quase como se todas as mulheres do mundo – independentemente de classe, etnia, religião ou cultura – estivessem debaixo do jugo masculino, sujeitas a todos os homens simplesmente por serem mulheres. E, assim, como resultado, o próprio discurso de libertação feminista alimentaria a idéia de uma mulher impotente, subjugada por sua natureza e dominada por um ser superior: o homem.

Teresa de Lauretis (1994), fazendo uma crítica aos binarismos de sexo e gênero, diz: “o conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados – a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade, etc. – acabaram por se tornar uma limitação, como que uma deficiência do pensamento feminista” (p.206-207).

Quanto a isso, Judith Butler (2003) pronuncia-se afirmando que mesmo quando a construção política é elaborada com propósitos emancipatórios, ela pode vir a revelar consequências coercitivas e reguladoras, manifestando-se enquanto domínio de exclusão, em que somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação viria a formular – no interior dessa estrutura constituída – uma crítica às categorias de identidade. Desta forma, assim como se questionam as relações de poder entrevistas nas relações entre os sexos, deve-se também levantar indagações acerca das relações de poder inseridas dentro da construção dos modelos ideológicos apresentados como meio de subverter os binarismos e chegar à suposta igualdade (Nunes, 1996).

Não nos ateremos, contudo, a essa tarefa. Basta-nos, nesse momento, afirmar que a verdadeira desestabilização da identidade de gênero e a desconstrução do que se conhece tradicionalmente por papéis masculinos e femininos acontecem na tensão permanente entre as posições antagônicas de sujeito sobrescritas, e na produção e viabilização de entre – espaços, consistindo em se assegurar não *uma* masculinidade ou feminilidade, mas *múltiplas* masculinidades e feminilidades enquanto construções contingentes e históricas, ficções que podem variar de acordo com o contexto. Uma vez que no dizer de Helena Confortin,

O conceito de gênero tem o objetivo de chamar a atenção sobre a construção social dos sexos, sobre a produção do feminino e do masculino, não como algo dado e pronto no momento do nascimento, mas como um processo que se dá ao longo de toda a vida e vai fazendo com que as pessoas, os sujeitos, se tornem homens e mulheres de formas muito diversificadas, sempre de acordo com o que aquela sociedade, aquele momento histórico, a sua cultura, as suas relações étnicas, religiosas, de classe consideram, permitem e possibilitam. Nessa visão, concebe-se a produção do masculino e do feminino, simultaneamente (Confortin, 2003, p. 109).

Isto vem ao encontro do que afirmava Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, já na década de 40 do século passado, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. O mesmo pode-se dizer acerca dos homens e, indo mais além, concordamos com Judith Butler (2003) quando assegura que a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos e não é possível garantir que o corpo que se torna mulher seja, necessariamente, o de uma fêmea.

Considerações Finais

As identidades de gênero são, pois, simultaneamente, a construção e a desconstrução de modelos já conhecidos (Arán, 2006). São categorias elásticas que se constituem enquanto resistência e a própria possibilidade de subversão, conferindo ao sujeito identidades plurais e múltiplas. Essas, por sua vez, dizem respeito a edificações sociais historicamente modeladas a partir de infinitas possibilidades de intercruzamento entre as demais identidades culturais, e os discursos e práticas que as sustentam. Por esse motivo, é que compreendemos o sujeito humano como “tendo identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (Louro, 2004, p.24).

Há neste sentido, no campo do circuito da cultura, uma fluidez entre as diferentes identidades culturais, tais como as identidades étnicas, de gênero, de classe, de religião etc. Elas são todas cambiantes e influenciadas umas pelas outras (Hall, 2000a). Nenhuma identidade cultural pode por si só moldar as demais, visto que esses movimentos de cruzamento entre fronteiras produzem identidades híbridas e irregulares, vindo a confundir sua suposta pureza e insolubilidade. E, exatamente por colocarem em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas em dois pólos opostos, os hibridismos resultam em um “terceiro espaço” (Bhabha citado por Silva, 2000), ou em vias de fuga.

No que diz respeito aos gêneros e as sexualidades, a questão não se coloca mais, apenas em termos das pluralidades de modos de subjetivação, não se trata mais de aceitar, tolerar ou rejeitar que as práticas sexuais e os gêneros tenham se multiplicado, o desafio maior não parece ser o cruzamento das fronteiras sexuais e de gênero. O verdadeiro desafio é admitir que existem sujeitos que vivem exatamente nas fronteiras (Louro, 2008).

Voltando a Foucault e a noção de “modos de subjetivação”, pensamos que ainda não é possível abandonar o conceito de identidade pela sua utilidade nas lutas políticas dos grupos ditos minoritários, mas igualmente não podemos pensá-lo em moldes tradicionais e, talvez, fosse mais adequado falar em “modos de subjetivação” considerando, a partir de Foucault, que o sujeito “não é uma substância. É uma forma, e esta forma não é, sobretudo nem sempre, idêntica a si mesma” (In Castro, 2009, p. 207). Seguindo esta maneira de pensar torna-se necessário examinar as práticas de constituição do sujeito ao longo da história e considerar que são, precisamente, estas

práticas que vão dar conta de seus modos de subjetivação (Castro, 2009). Este é um dos sentidos dado por Foucault ao conceito de modo de subjetivação, isto é, “modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e poder” (In Castro, 2009, p. 408).

Referências Bibliográficas

- Amazonas, M.C.L.A & Silva, T.C.M. (2008). Os sistemas de representação judaico-cristão e o endereçamento de posições-de-sujeito femininas. *Mandrágora*. Ano XIX (14), São Bernardo do Campo, SP: Metodista.
- Arán, M. (2003). *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Arán, M. (2006). *O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Badinter, E. (2005). *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Braidotti, R. (2002). Diferença, diversidade e subjetividade nômade. (R. Barbosa, Trad.). *Labrys, Estudos feministas*, 1 (2), Recuperado em 10 de agosto de 2006 de www.unb.br/ih/his/gefem.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte; Autêntica Editora.
- Confortin, H. (2003). Discurso e gênero: a mulher em foco. In M. I. Ghilardi-Lucena, (Org.), *Representações do feminino* (pp. 107-123). Campinas: Átomo.
- Gomes, J.J. (2008). *Discurso feminino: uma análise crítica de identidades sociais de mulheres vítimas de violência de gênero*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco. Recuperado em 26 de abril de 2009 de <http://www.ufpe.br/pgletras/2008/dissertações/diss-jaciara-josefa-gomes.pdf>
- Gonçalves, A.L. (2006). *História e gênero*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Hall, S. (2000a). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2000b). Quem precisa de identidade? In T.T. SILVA (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103-133). Rio de Janeiro: Vozes.
- Lauretis, T. de (1994). A tecnologia do gênero. In Hollanda, H.B. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p 206-242.

- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Louro, G. L. (2004). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Louro, G.L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19, 2(56), p.17-23.
- Mariano, S. A. (2005). O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, 13 (3), p.483-505.
- Nunes, M. J. F. R. (1996). Gênero, saber, poder e religião. In M.F. Anjos (Org.), *Teologia e novos paradigmas. Sociedade de Teologia e Ciências da Religião* (Soter) (pp. 89-103). São Paulo: Editora Paulinas.
- Poian, C. (2001). A psicanálise, o sujeito e o vazio contemporâneo. In C. Poian (Org.), *Formas do vazio: desafios ao sujeito contemporâneo* (pp. 7-23). São Paulo: Via Lettera Editora.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T.T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Vozes.
- Silva, T.C.M., Amazonas, M.C.L.A. & Vieira, L.L. (2010) Família, trabalho, identidades de gênero. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 15 (1), p. 137-145.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T.T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Rio de Janeiro: Vozes.

Endereço para correspondência:

Thálita Cavalcanti Menezes da Silva
Rua Costa Gomes, 180, apto. 101,
Madalena, Recife, Pernambuco, Brasil.
CEP: 50.710 – 510.
E-mail: thalitamenezes25@yahoo.com.br

Recebido em: 05/12/2009.

Aceito para publicação em: 20/02/2010.